

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Hermes Fonseca
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma
PL	Serafina Carrilho
PSB	Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

Avulso

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Capítulo I

Da Sede

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território estadual.

Capítulo II

Das Sessões Legislativas

Art. 2º - A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º - As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º - O período legislativo não será interrompido em 30 de junho enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

§ 4º - Quando convocada extraordinariamente, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

Capítulo III

Das Sessões Preparatórias

Seção I

Da Posse

Art. 3º - O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar-se à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, munido com o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º - O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas con-

fusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º - Caberá à 1º Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º - A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º - Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados Deputados Estaduais reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente, se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º - Aberta a Sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º - No dia 1º de fevereiro, a Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes o Presidente proferirá a seguinte declaração: **“PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL, DESEMPENHAR LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DO NOSSO ESTADO”**. Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado, em pé, ratificará a declaração acima dizendo: **"ASSIM O PROMETO"**; permanecendo os demais sentados e em silêncio.

§ 4º - O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados e o comprometido não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita, nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º - O Deputado empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão e junto à Mesa, exceto durante o período de recesso da Assembléia Legislativa, quando será perante o Presidente.

§ 6º - Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I - da primeira Sessão Preparatória para instalação da primeira Sessão Legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º - Tendo prestado o compromisso uma vez, é o suplente de deputado dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes, bem como o deputado ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicada à Casa pelo Presidente.

§ 8º - Não se considera investido no mandato de deputado estadual quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

§ 9º - O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia do dia seguinte a relação dos Deputados investidos no mandato, organizada com os critérios fixados no § 3º, do art. 3º, a qual, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da sessão, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 5º - Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição simultânea do presidente, dos três vice-presidentes e dos cinco secretários.¹

§ 1º - A eleição do presidente importará as dos vice-presidentes e dos secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 2º - Depois de proclamar os eleitos, o presidente das primeiras Sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo Único - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.²

Art. 7º - Proceder-se-á a eleição da Mesa Executiva para a terceira e quarta Sessões Legislativas da mesma legislatura, no período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada legislatura, sob a Presidência da Mesa Executiva, em dia e hora determinados pelo presidente.

§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º - A eleição do presidente importará as dos vice-presidentes e dos secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 3º - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura.³

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio e maioria simples, em segundo escrutínio, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I - chamada nominal para a votação;

II - cédulas impressas ou datilografadas contendo, cada uma, somente os nomes dos candidatos e os cargos aos quais concorrem, respectivamente;⁴

III - colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartasque resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - acompanhamento dos trabalhos de apuração junto à Mesa por dois ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;

VI - o secretário designado pelo presidente retirará as sobrecartas da urna, as contará e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, as abrirá e separará pelos cargos a serem preenchidos;

VII - leitura, pelo presidente, dos nomes dos votados;

VIII - proclamação dos votos, por um secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com as duas composições de candidatos à Mesa Executiva, mais votadas, quando no primeiro não se alcançar maioria absoluta;⁵

XII - eleição da composição de candidatos à Mesa Executiva à qual pertencer o candidato a Presidente mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.⁶

XIII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final.

Art. 9º - Se até a última sessão do primeiro ano de mandato da Mesa ocorrer qualquer vaga a mesma será preenchida mediante eleição, dentro de 05 (cinco) dias, observada as disposições do artigo precedente. Ocorrida a vacância após esta data, somente haverá eleição para os cargos que não tenham substituto eleito.

CAPITULO IV

Dos Líderes

Art. 10 - Os deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares.

1. Redação alterada pela Resolução n.º 011/2000

2. Idem.

3. Idem.

4. Alterado pela Resolução n.º 011/2000.

5. Idem.

6. Idem

cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a três deputados, verificado quando do início de cada sessão legislativa.

§ 1º - Cada líder poderá indicar dois vice-líderes.

§ 2º - A escolha de líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º - Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º - Partido com bancada inferior a três deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para usar da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º - Os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 11 - O líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de um membro da bancada em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

II - participar, pessoalmente ou por intermédio de seus vice-líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 12 - O Governador do Estado e os deputados pertencentes à Oposição com assento no Poder Legislativo poderão indicar deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, composta de líder e dois vice-líderes, com prerrogativas constantes dos incisos, I, II e III do art. 11 deste Regimento.¹

Capítulo V

Dos Blocos Parlamentares

Art. 13 - As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 1º - O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 2º - As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 3º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto por menos de três deputados.

§ 4º - Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º - O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 6º - Dissolvido o Bloco Parlamentar, ou modificado o quantitativo da representação que o integrava em virtude da desvinculação de Partidos, será revista a composição das Comissões, mediante provocação de Partido ou de Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 7º - Ocorrendo a hipótese prevista na parte final do parágrafo anterior, consideram-se vagos, para efeito de nova indicação ou eleição, os lugares e cargos exclusivamente em decorrência da participação do Bloco Parlamentar na composição da Comissão.

Art. 14 - A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro comitadamente.

TÍTULO II

Dos Órgãos da Assembléia

Capítulo I

Da Mesa

Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de presidente, três vice-presidentes e cinco secretários, compete a direção de todos os trabalhos².

§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo 1º vice-presidente e, na sua ausência ou impedimento deste, pelo 2º vice-presidente e 3º vice-presidente respectivamente; o 1º e 2º secretários serão substituídos, respectivamente, pelo 3º e 4º e 5º secretários.

§ 2º - Se, durante a sessão, não estiverem presentes os vice-presidentes, o presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º - A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º - Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

1. Alteração conforme a Resolução n.º 010/99

2. Alteração conforme Resolução n.º 008/96

Art. 16 - A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único - As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I - ao findar a Legislatura, no início das Sessões Preparatórias da Legislatura seguinte;

II - nos demais anos de legislatura, com a eleição da Mesa.

Art. 17 - Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial, a não ser da Executiva, da qual são membros natos.

Art. 18 - À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - dirigir os serviços da Assembléia, durante as sessões Legislativas e nos seus interregnos;

III - prover a polícia da Assembléia;

IV - encaminhar ao Poder Executivo os requerimentos de informações;

V - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento da sessão legislativa, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre sua atuação;

VI - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VII - declarar perda de mandato de Deputado, nos termos previstos na Constituição do Estado;

VIII - promulgar Emendas à Constituição;

IX - propor ao Plenário a sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Estadual;

X - Sustar os atos normativos do Poder Executivo e Judiciário que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Seção I Do Presidente

Art. 19 - O Presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se pronunciar coletivamente, o regulador de seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, além daquelas expressas neste Regimento ou que decorram da natureza de suas prerrogativas:

I - presidir às sessões plenárias da Assembléia;

II - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III - fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo Secretário, inclusive as mensagens e correspondências dos Poderes Executivo e Judiciário;

IV - conceder a palavra aos Deputados, nos termos deste Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter à discussão e votação a matéria a isso destinada;

XI - estabelecer o ponto da questão sobre **o qual deva ser feita a votação;**

XII - anunciar o resultado da votação;

XIII - nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, **no caso de vacância ou impedimento;**

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII - informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII - assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII - convocar sessões extraordinárias e solenes, diurnas ou noturnas, nos termos deste Regimento;

XXIV - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI - promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII - resolver todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII - resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX - zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado.

XXX – Encaminhar em 72 horas os requerimentos e outros expedientes aprovados em plenário às autoridades competentes bem como encaminhar após recebida, no mesmo prazo a resposta ao autor.

XXXI – Além das atribuições regimentais caberá ao presidente a delegação de atribuições aos vice-presidentes e secretários para a co-gestão dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Art. 21 - O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a presidência ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – À hora do início dos trabalhos da sessão, não se achando o Presidente no recinto, será ele substituído, sucessivamente e na série ordinal, pelos Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, procedendo-se da mesma forma quando tiver necessidade de deixar a sua cadeira.

§ 1º - O mesmo fará o 2º Vice-Presidente em relação ao 1º Vice-Presidente e o 3º Vice-Presidente em relação ao 2º Vice-Presidente.

§ 2º - Quando o Presidente tiver de deixar a Presidência durante a sessão, as substituições processar-se-ão segundo as mesmas normas.

Seção II

Dos Secretários

Art. 23 - São atribuições do 1º Secretário:

I- fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III - despachar toda a matéria do Expediente;

IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do art. 20 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as resoluções da Assembléia;

VIII - contar os Deputados em verificação de votação;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avisos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII - sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas;

XIV - dar posse ao diretor geral da Secretaria.

Art. 24 - São atribuições do 2º Secretário:

I - fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III - escrever as Atas das sessões secretas;

IV - auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Capítulo II

Da Procuradoria Parlamentar

Art. 25 - A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º - A Procuradoria Parlamentar será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

§ 2º - A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º - A Procuradoria Parlamentar promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

Capítulo III

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26 - As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I - PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Legislatura, ou antes dele, **quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração;**

Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa.

Art. 28 - Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:

- a) de cidadão honorário e benemérito
- b) de utilidade pública;
- c) convênios;

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - convocar Secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre o assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretarias.

V - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades

administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência em dilação de prazos.

§ 1º - Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º - As atribuições contidas no inciso V do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

Seção II

Das Comissões Permanentes e sua Competência

Art. 29 - A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça;

III - Comissão de Finanças;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;

VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VIII - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Tomada de Contas;

XIII - Comissão de Turismo;

XIV - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XV - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa;

XVI - Comissão de Assuntos do Mercosul;

XVII - Comissão de Direitos Humanos e Cidadania;

XVIII - Comissão de Defesa do Consumidor;

XIX - Comissão de Revisão Constitucional.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Secretários e a de Constituição e Justiça, que se compõe de quinze membros e a de Revisão Constitucional composta de cinco membros.

Art. 31 - As Comissões Permanentes organizar-seão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

Art. 32 - Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I - dar parecer sobre proposição referente aos assuntos de sua especialização;

II - promover estudos sobre problemas de interesse público relativos à sua competência;

III - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com a sua especialização;

IV - tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar.

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas as seguintes matérias:

I - criação de municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de município;

III - perda de mandato de Deputado;

IV - transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI - Ministério Público;

VII - intervenção nos municípios;

VIII - alterações de códigos;

IX - organização e divisas judiciárias;

X - autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do País e do Estado;

XI - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro, do Auditor e dos Controladores do Tribunal de Contas;

XII - declaração de utilidade pública de associações civis.

§ 3º - À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei n.º 8358, de 5 de setembro de 1.986.

§ 4º - À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalização e execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º - À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos;

sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades:

§ 6º - À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral;

§ 7º - À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 8º - À Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 9º - À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 - À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 - À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas: tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 13 - À Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior.

§ 14 - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 15 - A Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, prevista no art. 76 da Constituição do Estado, terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado.

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos três poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos arts. 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei n.º 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu art. 1º, § 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório.

§ 16 - À Comissão para Assuntos do Mercosul compete manifestar-se sobre as proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL;¹

§ 17 - À Comissão de Direitos Humanos e Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

§ 18 - À Comissão de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.²

§ 19 - À Comissão de Revisão Constitucional compete manifestar-se sobre emendas e atualizar sempre que necessário a Constituição do Estado do Paraná.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 34 - As Comissões Temporárias são:

I - Especiais;

II - de Inquérito;

III - Externas.

§ 1º - As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição.

§ 2º - Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

1. Conforme a Resolução n.º 002/96

2. Alteração conforme a resolução n.º 011/99.

§ 3º - Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º - A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 - As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Seção IV

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º - Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º - Quando estiver em andamento cinco Comissões Parlamentares de Inquérito e outra for protocolada, estando revestida dos requisitos regimentais está aguardará pela ordem de protocolo até que uma das em andamento seja concluída.

§ 6º - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 7º - Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a Legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimento de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados de serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa.

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único - As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal **e na legislação específica.**

Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução ou de decreto legislativo, ou indicação, que será incluída na Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I, II e V, a remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 - As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 - As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considerava-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

Seção V

Da Presidência das Comissões

Art. 41 - Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo Único - Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42- Ao Presidente compete:

a) convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b) presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem;

c) solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d) usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

e) usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único - Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

Seção VI

Dos Pareceres

Art. 43 - Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º - As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º - Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º - Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

Seção VII

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda de lugar.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º - Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º - O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º - O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º - Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no art. 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento

far-se-á por eleição, de conformidade com o art. 9º deste Regimento;

Art. 45 - O membro da Comissão que não puder comparecer as reuniões deverá disso dar conhecimento ao seu Presidente.

§ 1º - O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º - Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

Seção VIII

Das Reuniões

Art. 46 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas pré-fixados, de terça à quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações voluntárias de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º - Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º - O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 - As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus Membros.

Art. 48 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º - Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º - Só os Deputados ou Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

Seção IX

Dos Trabalhos

Art. 50 - Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - leitura sumária do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV - leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º - Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente ou a requerimento de preferência, de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º - Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º - Havendo pedido de vistas na apresentação do parecer de matéria em regime de urgência o mesmo será concedido pelo prazo de quarenta e oito horas independente da quantidade de requerente.

§ 4º - As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º - A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 - O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deverá ser entregue imediatamente.

§ 2º - Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer, o qual, se for aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, logo a seguir, assinado pelos membros presentes.

§ 4º - Se o parecer tiver alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este prazo até a reunião seguinte, para redigí-lo de conformidade com o vencido, ou apenas de quarenta e oito horas, em casos de urgência.

§ 5º - Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem.

§ 6 - Para a apresentação do novo parecer, será concedido ao segundo relator o prazo de três dias.

§ 7º - Na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do primeiro relator, o deste passará a constituir voto em separado.

§ 8º - Para o efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I - favoráveis, os "pelas conclusões", os "com restrição" e os "separados", não divergentes da conclusão;

II - contrários, os "vencidos".

§ 9º - Às Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 10 - Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 11 - Ao Membro da Comissão que pedir vista será concedido o prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo.

Art. 52 - Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 - Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 - Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 - As Comissões terão como Secretários funcionários da Secretaria da Assembléia, obrigatoriamente.

Seção X

Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 - As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

Capítulo IV

Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 - A remuneração dos Deputados, constituída de subsídio e representação, e a ajuda de custo e os auxílios complementares serão estabelecidos no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 - A remuneração será devida:

I - a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II - a partir da expedição do diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III - a partir da posse, ao suplente em exercício.

Art. 59 - O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber 1/30 (um trinta avos) do subsídio e da representação, desde que a votação seja interrompida ou por falta de número.

Parágrafo Único - A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 - A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 - O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de missão oficial.

Parágrafo Único - As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 - Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de convocação extraordinária.

Art. 63 - Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 - Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 - O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e à remuneração.

Art. 66 - Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 - O suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no art. 58.

§ 1º - A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º - O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

Capítulo V

Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 - As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

- I - falecimento;
- II - renúncia;
- III - perda de mandato.

Art. 69 - A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente da aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 - Considera-se haver renunciado:

- I - o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;
- II - o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 - O comparecimento efetivo do Deputado à sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 - A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único - Na sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 - Perde o mandato o Deputado:

- I - que infringir qualquer das disposições constantes do art. 58 da Constituição Estadual;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;
- III - que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Leg-

islativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.

§ 3º - A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que proferirá seu parecer em quinze sessões, concluindo:

- a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;
- b) nos casos do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.

§ 4º - O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no expediente e publicado no Diário da Assembléia e em avulsos, será:

- a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia;
- b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

Art. 74 - Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará comissão composta de sete membros para instrução da matéria.

§ 1º - Recebida e processada a matéria, será fornecida cópia ao acusado, que terá o prazo de quinze sessões, para apresentar, à comissão, defesa escrita.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, a comissão, após proceder às diligências que julgar necessárias, emitirá parecer, concluindo por projeto de resolução, no sentido da perda ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3º - Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez sessões.

Art. 75 - O mandato do deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

Capítulo VI

Da Convocação do Suplente

Art. 76 - A Mesa convocará imediatamente o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

§ 1º - Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa, que convocará o suplente imediato.

§ 2º - Ressalvada a hipótese de que trata o parágrafo anterior, de doença comprovada ou estiver investido nos cargos de que trata o art. 56, I, da Constituição Federal, o suplente que convocado, não assumir o mandato no período fixado no § 6º do art. 4º, perde o direito à suplência sendo convocado o suplente imediato.

TÍTULO III

Dos Trabalhos da Assembléia

Capítulo I

Das Sessões da Assembléia

Art. 77 - As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - Preparatórias são as que precedem à instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão Legislativa.

§ 2º - Ordinárias são as de qualquer sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda à quinta-feira.

§ 3º - Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as sessões ordinárias.

§ 4º - A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 - As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo Único - O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal ou noturno.

Art. 79 - Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º - O Presidente pré-fixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º - A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 - Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 - O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º - O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá pré-fixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º - Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º - Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º - O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º - Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter à votação o requerimento.

Art. 82 - A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 - Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses.

V - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 - A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I - pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º - Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de urgência.

§ 3º - A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as Ordinárias.

Art. 85 - Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo Único - Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 - A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo Único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação, sendo precedido apenas pelo horário das Lideranças.

Art. 87 - A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

Seção I

Das Sessões Públicas

Art. 88 - À hora do início da Sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, um terço dos Membros da Assembléia, o Presidente, dizendo:

"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS", declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º - A discussão da ata não deverá exceder à hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º - No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na ata imediatamente; da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 - Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I - trinta minutos para discussão e votação da ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das comissões, dos projetos, indicações e requerimentos

que se acharem sobre a mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º - Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º - A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º - Aos líderes de bancadas é facultado delegar aos seus liderados o uso da palavra.

§ 4º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º - Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 - Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º - Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 101 deste Regimento;

§ 2º - Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º - As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º - Constatado número legal para votação na chamada nominal, o Presidente considerará quórum para matéria que originou a chamada, independentemente do número de deputados em plenário numa eventual verificação, considerando os ausentes como abstenções de voto.

§ 5º - Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 6º - Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 7º - Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 8º - A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 - Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**.

Art. 93 - As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º - Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º - Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 - Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1º - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa, para conhecimento e estudo dos Deputados, durante três sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia.

§ 2º - As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à Ordem do Dia.

§ 3º - Desde que o projeto esteja em pauta, a Mesa receberá as emendas que couberem e anotará os pedidos de inscrição dos Deputados que desejarem discutir a matéria.

§ 4º - Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos Membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente, para o respectivo parecer e, oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia.

§ 5º - Se não forem apresentadas emendas do Plenário e não houver orador inscrito para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para discussão e votação.

§ 6º - É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

Seção II

Das Sessões Secretas

Art. 95 - A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria **absoluta** dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 - Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º - Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tomará pública.

§ 2º - Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º - As atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com a data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

Seção III

Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 - O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:¹

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º - A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º - A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 - A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º - O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso

1. Vide Artigo 55 da Constituição Estadual.

da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º - Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º - O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º - Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 - Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º - O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º - Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º - Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º - Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º - É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 - Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

Parágrafo Único – O disposto nesta Seção aplica-se também aos titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, conforme disposto na Constituição Estadual.

Seção IV

Da Ordem do Dia

Art. 101 - A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º - Na Ordem do Dia observar-se-á a seguinte disposição das proposições:

I – Emendas à Constituição Estadual;

II – Vetos;

III – Regime de Urgência;

IV – Regime de Prioridade;

V – Projetos de tramitação ordinária;

§ 2º: As proposições obedecerão a seguinte ordem de colocação:

I - redações finais;

II – 3ª discussão quando aprovadas emendas em 2ª discussão;

III - 2ª discussão;

IV - 1ª discussão;

V - discussões únicas;

VI - proposições que independam de parecer mas dependam de apreciação do Plenário.

§ 3º - Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 4º - Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

I - redações finais;

II - projetos de lei;

III - projetos de resolução;

IV - projetos de decretos legislativos.

§ 5º - Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 102 - A ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

I - em caso de preferência;

II - em caso de adiamento;

III - em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 - O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I - a discussão a que está sujeito;

II - de quem a iniciativa;

III - a respectiva ementa;

IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V - a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

Capítulo II

Das Questões de Ordem

Art. 104 - Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º - Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º - Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º - No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar "**pela ordem**" para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º - Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 - O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "**pela ordem**", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Art. 106 - Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

Capítulo III

Seção I

Da Comissão Geral

Art. 107 - A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I - debate de matéria relevante:

II - estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado:

III - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV - comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º - A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta de votos.

§ 2º - O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Seção II

Da Comissão Representativa da Assembléia

Art. 108 - A Mesa conduzirá o processo eleitoral para a escolha, na última sessão ordinária do período Legislativo anual, dos membros da Assembléia Legislativa que irão compor, durante o recesso, a Comissão Representativa da Assembléia, **de que trata a Constituição**

Estadual, composta de nove membros e presidida pelo Presidente da Assembléia.

Parágrafo Único - A Mesa expedirá as instruções necessárias, com observância das exigências e formalidades previstas neste Regimento no que couber, atendendo a que, na composição da Comissão Representativa da Assembléia, deverá reproduzir-se, quanto possível, a proporcionalidade da representação dos Partidos ou Blocos Parlamentares na Casa.

Capítulo IV

Da Ordem Interna

Art. 109 - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º - Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º - É vedado a qualquer Deputado portar arma no plenário ou no recinto da Assembléia Legislativa.

Art. 110 - A Mesa designará, depois de eleita, dois de seus membros efetivos para Corregedor e Corregedor substituto.

Parágrafo Único - Incumbe ao Corregedor auxiliar o Presidente da Assembléia na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia, supervisionando inclusive a proibição do porte de arma, com poderes para revistar e desarmar.

Art. 111 - Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º - Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º - Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º - No recinto da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º - Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 112 - Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 113 - Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, **o denunciará a Corregedoria Geral para as providências cabíveis.**

Art. 114 - Se no edifício da Assembléia se perpetuar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob a direção **do Corregedor Geral**, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º - Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º - Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e os regulamentos policiais do Estado.

Capítulo V

Das Atas

Art. 115 - De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão e submetida ao voto dos Deputados.

§ 1º - Depois de aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelos 1º e 2º Secretários.

§ 2º - Esta ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 116 - O Diário da Assembléia publicará cada dia a ata dos respectivos trabalhos

Art. 117 - Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º - Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º - As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º - As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º - Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º - Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º - Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor

ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 118 - A ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será submetida à discussão antes de se levantar a Sessão, podendo ser aprovada com qualquer número.

TÍTULO IV

Da Elaboração Legislativa

Capítulo I

Das Proposições em Geral

Art. 119 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5º - As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcreve-los por extenso em seguida à justificação.

§ 6º - Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º - Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 120 – Tramitação em regime de urgência:

I – solicitação de intervenção federal no Estado;

II – licença do Governador do Estado;

III – intervenção nos municípios;

IV – matéria objeto de mensagem do Poder Executivo com prazo de quarenta e cinco dias para apreciação pela Assembléia;

V – vetos opostos pelo Governador;

VI – matéria que o Plenário reconheça de caráter de urgência:

a) ante necessidade imprevista, comoção intestina ou calamidade pública;

b) que vise a prorrogação de prazos legais a se findarem;

c) que estabeleça a adoção ou alteração de lei que deva ser aplicada em época certa dentro de prazo não superior a trinta dias;

d) objeto de proposição que ficará inteiramente prejudicada se não for resolvida imediatamente.

Art. 121 – Tramitação em regime de prioridade:

I – orçamento e medidas a ele complementares;

II – indicação dos Conselheiros, Auditores e Controladores do Tribunal de Contas;

III – convênios e acordos;

IV – convocação de Secretários de Estado;

V – fixação do efetivo da Polícia Militar;

VI – remuneração do Governador e do Vice-governador;

VII – julgamento das contas do Governador;

VIII – suspensão, no todo ou em parte, da execução de qualquer ato, deliberação ou regulamento declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário;

IX – autorização ao Governador para contrair empréstimos ou fazer operações de créditos;

X – denúncia contra o Governador e Secretários de Estado;

XI – matéria conhecida pela Mesa ante o parecer favorável, unânime, das Comissões por onde tramitarem.

Art. 122 - Serão de tramitação ordinária as proposições não abrangidas pelo disposto nos artigos anteriores, bem como os projetos de codificação, ainda que de iniciativa do Governador.

Art. 123 – As proposições, uma vez entregues à Mesa, serão lidas no Pequeno Expediente para conhecimento dos Deputados e depois publicadas no Diário da Assembléia.

§ 1º – A pauta será:

1) De 01 (uma) sessão, para as proposições em regime de urgência;

2) De 03 (três) sessões, para as proposições em regime de prioridade;

3) De 05 (cinco) sessões, para as proposições em regime de tramitação ordinária;

§ 2º - Findo o prazo de permanência em pauta, os projetos serão encaminhados ao exame das Comissões, por despacho do Presidente da Assembléia.

Art. 124 – Instruídos com os pareceres das Comissões ou com a decisão da Comissão de mérito competente para deliberar, os projetos serão incluídos na Ordem do Dia, observado-se os seguintes critérios:

I – obrigatoriamente, na primeira sessão ordinária a ser realizada, os em regime de urgência;

II – obrigatoriamente, dentro de 03 dias, aqueles em regime de prioridade;

III – dentro de 10 dias, os em regime de tramitação ordinária.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo serão contados a partir da data do recebimento dos projetos pela Mesa, desde que, em despacho do Presidente da Assembléia, proferido dentro de 24 horas, fique declarado achar-se completa a sua instrução.

§ 2º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º - Independem de apoioamento, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e as que vierem assinadas por, no mínimo, cinco Deputados.

Art. 125 – Uma vez aprovados pelo Plenário, ou referendadas as decisões das Comissões de mérito, quando for o caso, os projetos serão encaminhados à Comissão de Redação, para redigir o vencido.

§ 1º - A redação proposta pela Comissão será publicada e o projeto incluído em Pauta, por duas Sessões, para recebimento de emendas.

§ 2º - Se forem apresentadas Emendas, voltará o projeto à Comissão para parecer, após o que será incluído na Ordem do Dia para discussão e votação.

§ 3º - Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação proposta.

Art. 126 - Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao plenário.

Art. 127 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Seção I

Dos Projetos

Art. 128 - A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de:

I – Projetos de Lei;

II – Projetos de Resolução;

III – Projetos de Decretos Legislativos.

IV – Propostas de emendas à Constituição.

§ 1º - Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º - Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;

V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e quando houver conexão contra os Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 3º - Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência exclusiva da Assembléia que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução, tais como:

I - autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;

II - fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

III - fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador;

IV - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI - aprovação da indicação dos Conselheiros, Auditores e **Controladores do Tribunal de Contas**;

VII - aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

VIII - sustação de processo criminal contra Deputados;

IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X - aprovação de convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados ou Municípios.

Art. 129 - A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º vice-presidente.

Art. 130 - Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º - O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º - Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º - Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para

organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º - Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º - Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 131 - A iniciativa dos projetos cabe a qualquer membro da Assembléia, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral de Justiça, ressalvados aqueles casos de iniciativa popular, observando-se o disposto no art. 67 da Constituição Estadual.

§1º - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

§2º - Todo projeto de Lei que verse sobre matéria de competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, apresentado por Parlamentar, será transformado em Indicação Legislativa, quando da apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e, após aprovada pelo Plenário, encaminhada como sugestão ao Poder competente.

Art. 132 - O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 133 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

Seção II

Das Indicações

Art. 134 - Indicação é a proposição de qualquer Deputado sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

§ 1º - As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º - As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3º - As indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembléia.

§ 4º - A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 5º - A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos a discussão única.

§ 6º - Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 7º - Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 8º - Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

Seção III

Dos Requerimentos

Art. 135 - Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 136 - Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoioamento preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I - a palavra, ou a desistência dela;

II - a posse de Deputados;

III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;

VI - a inserção de declaração de voto em ata;

VII - a observância de algum dispositivo regimental;

VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX - verificação de votação;

X - o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII - chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 137 - Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como requerimentos de informações oficiais.

Parágrafo Único - Independem igualmente de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente de ofício, requerimentos de informações oficiais, que estejam assinados por um terço dos deputados.

Art. 138 - Serão escritos e independem de apoioamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, os requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da Sessão por motivo de pesar ou de regozijo público

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 1º - Serão escritos e independem de apoioamento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III - dispensa de impressão de qualquer proposição;

IV - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI - remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII - adiamento da discussão ou da votação;

IX - encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI - preferência;

XII - urgência;

XIII - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV - a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 2º - Serão escritos e sujeitos a apoioamento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I - convocação de Secretário de Estado;

II - Inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III - criação de Comissões Especiais;

IV - Sessões Extraordinárias;

V - Sessões Secretas;

VI - licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevivendo no decurso das discussões ou das votações.

Art. 139 - A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 140 - Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 141 - Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º - Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º - Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, solicitará a aplicação das penas contidas no art. 55 da Constituição do Estado.

§ 3º - Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º - O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 142 - Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Seção IV Das Emendas

Art. 143 - Emenda **é a proposição apresentada como acessório de outra.**

Art. 144 - As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra, **sendo denominado de Substitutivo quando atingir o seu conjunto.**

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º - Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º - A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas, da seguinte forma:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º - A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º - A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 145 - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 146 - As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único - Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 147 - Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia

Art. 148 - As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - quando estiverem em pauta;

II - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III - nas Comissões, pelos respectivos relatores ou pela maioria de seus Membros.

§ 1º - Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º - Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o que será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º - O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

Capítulo II
Das Discussões
Seção I
Disposições Gerais

Art. 149 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 150 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Parágrafo Único - Entre uma e outra discussão, o intervalo não poderá ser menor que vinte e quatro horas.

Art. 151 - A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita sobre o conjunto da proposição.

Art. 152 - A segunda discussão poderá ser feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

Parágrafo único - Quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 153 - As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º - Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º - Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 154 - Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação Final e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 155 - Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamiento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 156 - O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I - desviar-se da questão em debate;

II - falar sobre o vencido;

III- usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 157 - Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 158 - Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se; se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 159 - Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de trinta minutos.

Parágrafo Único - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 160 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 161 - Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 162 - o encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 163 - É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I - na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 164 - O deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único - Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Seção II

Do Adiamento da Discussão

Art. 165 - Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º - Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º - Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Capítulo III

Da Votação

Seção I

Disposições Gerais

Art. 166 - A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º - Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º - Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o plenário.

§ 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa, contando-se, para efeito de quórum, como branco o seu voto.

§ 4º - Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5º - Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 167 - É lícito ao deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, tê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 168 - Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 169 - Os projetos complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Seção II

Dos Processos de Votação

Art. 170 - São três os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal;

III - por escrutínio secreto.

Art. 171 - Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único - A votação será de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 172 - Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º - Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º - É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º - Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 173 - A votação nominal far-se-á pessoalmente por cada um dos senhores Deputados, após a respectiva chamada, observando-se:

I - os nomes serão enunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário:

II - os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III - as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

§ 1º Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterà os seguintes registros:

I - data e hora em que se fez a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o nome de quem presidiu a votação;

IV - os nomes dos Líderes em exercício presentes à votação;

V - o resultado da votação;

VI - os nomes dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

§ 2º - A listagem de votação será publicada juntamente com a Ata da Sessão.

§ 3º - Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

Art. 174 - Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a mesa.

Art. 175 - Far-se-á votação por escrutínio secreto quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemérita.¹

Seção III

Do Método de Votação e do Destaque

Art. 176 - Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 177 - As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º - Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º - O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º - Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º - O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º - O requerimento relacionado a qualquer proposição terá preferência na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º - Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

Seção IV

Do Encaminhamento da Votação

Art. 178 - No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos.

Art. 179 - O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 180 - Para encaminhar a votação cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Parágrafo Único - Os oradores terão a palavra pela ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra, podendo o Presidente limitar o número de oradores.

Seção V

Do Interstício

Art. 181 - Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º - Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º - A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado; nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º - Não poderão ser dispensados de interstício para a discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

§ 4º - Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 5º - Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 182 - Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes.

Capítulo IV

Da Preferência

Art. 183 - Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outras.

Art. 184 - Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

I - prorrogação da Sessão Legislativa;

II - emenda constitucional;

III - vetos;

IV - regime de urgência;

V - regime de prioridade;

VI - projeto de tramitação ordinária;

VII - matéria considerada urgente

VIII - adiamento da Sessão Legislativa;

Art. 185 - Terão preferência na votação:

I - as emendas supressivas;

II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único - Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação; porém, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 186 - A ordem regimental pode ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º - Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda sobre determinado artigo deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º - Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras deverá o requerimento ser apresentado ao se renunciar esta.

§ 4º - Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados

§ 5º - Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 187 - Quando os requerimentos de preferência excederem a três o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

Capítulo V **Da Urgência**

Art. 188 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de **publicação**, número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

§ 1º O requerimento de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado por:

I – um terço dos membros da Assembleia, ou por grupos de Líderes Partidários que representem esse número;

II – dois terços dos membros de Comissão para opinar sobre o mérito da proposição.

§ 2º O requerimento de urgência não tem discussão, mas a sua votação pode ser encaminhada pelo autor e por um Líder, Relator ou por Deputado que lhe seja contrário, um e outro com o prazo improrrogável de dez minutos.

Art. 189 - Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito para que profiram os seus respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em apreço será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 190 - Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito será dispensada à proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 191 - Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 192 - Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

Capítulo VI **Da Redação Final**

Art. 193 - Ultimada a votação será o projeto, com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação Final para elaborar a redação, na conformidade com o vencedor.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e as emendas à Constituição enviados, **respectivamente**, à Comissão de Orçamento, à Comissão de Tomada de Contas e Comissão Especial de Reforma à Constituição.

§ 2º - A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º - A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º - A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos, sem emendas.

Art. 194 - Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º - A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º - Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 195 - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Capítulo VII

Do Autógrafo

Art. 196 - Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 197 - Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações.

Parágrafo Único - Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta ou impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º e 4º Secretários.

TÍTULO V

Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais

Capítulo I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 198 - Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 199 - A Mesa encaminhará à Comissão de Revisão Constitucional para no prazo de trinta dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 200 - Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 201 - A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 202 - Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 203 - Aplicam-se à proposta de Emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei e da Resolução nº 010/2000.

Art. 204 - Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 205 - Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Capítulo II

Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 206 - A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, consoante os §§ 1º, 2º e 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte trâmite: findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação aos demais assuntos, para que se ultime sua votação.

§ 1º - A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 2º - os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia, nem se aplicam aos projetos para elaboração de Códigos.

Capítulo III

Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 207 - Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º - A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º - Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º - Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, per-

manecerá o mesmo sobre a mesa durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º - Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será levado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º - A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º - Quando a Assembléia o resolver, por dois terços de seus Membros, a votação poderá ser feita em globo.

§ 8º - A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º - Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 - Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 208 - Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único - A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

Capítulo IV

Do Projeto Orçamentário

Art. 209 - Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 210 - Durante quinze dias, prorrogáveis, mediante requerimento, por mais cinco dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 211 - Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação das emendas, no prazo de dez dias.

Art. 212 - O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária o direito de apre-

sentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 213 - A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 214 - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado membro da Comissão.

Parágrafo Único - Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 215 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 216 - O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único - Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em plenário.

Art. 217 - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do art. 216 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 218 - Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo à Comissão do Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 219 - Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à sanção governamental.

Art. 220 - Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Capítulo V

Dos Projetos Vetados

Art. 221 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º - Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º - O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão subsequente, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

§ 6º - Proposições de veto somente poderão ser votadas em bloco, quando tratarem sobre a mesma matéria.

Capítulo VI

Da Indicação do Conselheiro, Auditor e Controlador do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da Justiça do Estado

Art. 222 – Recebida a indicação para o cargo de Conselheiro, Auditor e Controlador do Tribunal de Contas e de Procurador Geral de Justiça, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, deliberar sobre a respectiva indicação.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 223 - Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 224 - A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 225 - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação respectivamente.

Art. 226 - Durante a discussão cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 227 - No encaminhamento da votação poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 228 - Os apartes permitidos pelo orador não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 229 - A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo VII

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 230 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em duas Sessões Plenárias, pelo menos.

§ 2º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva se pronunciará dentro do prazo de três dias.

Art. 231 – A Mesa fará, sempre que necessário, a consolidação de todas as alterações introduzidas no Regimento Interno, que neste caso, terá nova edição no recesso parlamentar.

Capítulo VIII

Da Autorização para o Governador e o Vice-governador do Estado Ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 232 - Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, opinará a Comissão de Constituição e Justiça a respeito do requerido, no prazo de três dias.

§ 1º - Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º - A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º - Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º - O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo IX

Das Leis Delegadas

Art. 233 - A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o art.72 da Constituição do Estado.

Art. 234 - Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III – direito individuais.

Art. 235 - A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta por Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 236 - Depois de publicada a matéria em avulsos será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 237 - A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 238 - O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º - Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º - Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 239 - O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 240 - O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em bloco, admitindo-se a votação destacada de partes em desacordo com o ato da delegação, assim consideradas pela Comissão.

Capítulo X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal Contra o Governador e o Vice-Governador

do Estado e os Secretários de Estado

Art. 241 - A solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º - Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º - Se da aprovação do parecer, por dois terços da totalidade dos membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução.

§ 3º - A decisão será comunicada pelo Presidente ao Tribunal de Justiça do Estado dentro de duas Sessões.

Capítulo XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade
Do Governador, do Vice-governador do Estado
e dos Secretários de Estado

Art. 242 - O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

Capítulo XII

Da Criação, Incorporação, Fusão
e Desmembramento de Municípios

Art. 243 - A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I - efetivação por lei estadual;

II - consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos

estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - não constituição de área encravada no Município de origem.

Art. 244 - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º - O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º - A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º - Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 245 - As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º - Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 2º - Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, conforme o caso.

§ 3º - Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º - Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º - Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º - Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º - Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

TÍTULO VI
Capítulo Único
Do Decoro Parlamentar

Art. 246 - O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, não superior a trinta dias;

III - perda de mandato.

§ 1º - Considera-se atentatório do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crime contra a honra ou contenham incitamento à prática de crime.

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembléia Legislativa;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 247 - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em Sessão pelo Presidente da Assembléia ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - não observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os previstos no Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das Sessões da Assembléia ou das Comissões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Deputado que:

I - usar em discurso ou proposição de expressões atentatórias do decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Assembléia ou desacatar, por atos ou palavras, outros parlamentares, a Mesa ou Comissão e respectivas presidências.

Art. 248 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia ou Comissão haja resolvido deva ficar secreto;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, a dez Sessões Ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da Sessão Legislativa ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria dos membros da Assembléia, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

Art. 249 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos no art. 73 e seus parágrafos.

Art. 250 - Quando, no curso de uma discussão, um Deputado for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade pode pedir ao Presidente da Assembléia ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

TÍTULO VII

Da Participação da Sociedade Civil

Capítulo Único

Da Iniciativa de Leis

Art. 251 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de um centésimo dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - Será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII

Capítulo Único

Da Secretaria da Assembléia

Art. 252 - Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º - O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 253 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

TÍTULO IX

Capítulo Único

Das Disposições Finais

Art. 254 - É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo.¹

Art. 255 - Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 256 - Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 257- É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 258 - Serão arquivadas, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislativas anteriores, **podendo ser desarquivadas, a qualquer tempo, mediante requerimento do autor.**

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 259 - Durante as Sessões serão mantidos sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

Art. 260 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções nº 14, de 25 de janeiro de 1991; nº 02, de 27 de março de 1996; nº 08, de 06 de novembro de 1996; nº 16, de 14 de novembro de 1996; nº 23, de 22 de maio de 1997; nº 10, de 11 de novembro de 1999; nº 11, de 06 de outubro de 1999; nº 02, de 30 de maio de 2000 e nº 11, de 30 de novembro de 2000.

Sala das Sessões, em
(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Revisor

PROJETO DE RESOLUÇÃO S/Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 54, inciso II, da Constituição Estadual, combinado com o inciso XXVI, do artigo 20 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar em conformidade com texto anexo.

Art. 2º - Dentro de cento e oitenta dias, a contar da data da promulgação da presente Resolução, a Comissão

Executiva submeterá à apreciação do Plenário projeto de regulamento de pessoal para ajustá-lo às diretrizes estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 159/90 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, objetiva a inserção de um novo artigo ao Capítulo V, da Constituição do Estado, que trata do Meio Ambiente.

É deveras preocupante a situação em que se encontra o Estado do Paraná no aspecto atinente à destruição desvairada do meio ambiente, pelos mais variados tipos de agressão, que vão desde o desmatamento indiscriminado ao lançamento de agentes poluentes nos mananciais hidrográficos e na própria atmosfera.

A Emenda em apreço objetiva fornecer ao Estado os meios necessários, através de disposição constitucional expressa, com vistas a coibir a prática de qualquer tipo de agressão que cause impacto ambiental significativo.

Como é de notório conhecimento, muitas empresas são as grandes responsáveis por esse estado de coisas e, como bem disse a Ilustre Autora da presente emenda em sua justificativa, depois de instaladas incorretamente, o mal que venham a causar é de difícil reparação.

Por se tratar de medida preventiva, objetivando a melhoria das condições de vida da população e até da sobrevivência das gerações futuras, a proposta em exame é de grande oportunidade.

Quanto a constitucionalidade, não há vício algum que possa obstar sua tramitação.

Isto posto, o parecer á favorável, opinando esta relatoria pela aprovação da matéria, porém, para melhor adequação ao texto constitucional, não como novo artigo, mas como § 3º, do artigo 207, devendo ser o atual § 3º remanejado para § 4º.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

As propostas de Emendas à Constituição em epígrafe, ambas de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Zuk, objetivam dar nova redação ao artigo 43 e sumprimir o artigo 44, da Constituição Estadual.

Ditas Emendas não podem ser analisadas separadamente, por tratarem de matéria inter-relacionadas, valendo dizer que se uma das emendas for aprovada e a outra rejeitada, fatalmente criará uma anomalia de impossível reparação, inviabilizando a aplicação das disposições contidas nos referidos artigos, ora em vigor, se não vejamos:

No que se refere à alteração do artigo 43, a proposta restringe-se à vedação da cessão de funcionários públicos da administração direta ou indireta do Estado, somente a empresas ou entidades privadas, excluindo da vedação a cedência para empresas ou órgãos públicos, ficando, portanto, livre a cessão de servidores entre órgãos da Administração Pública, inclusive de um Poder para outro.

Se esta emenda for aprovada, e também a que propõe a supressão do artigo 44, não ocorrerá nenhum problema, a cessão poderá ser feita livremente, como dito acima, o que corresponde a intenção do Autor.

Cabe aqui ficar que não existe nenhum impedimento de ordem constitucional para a efetivação das medidas propostas. As barreiras existentes restringem-se tão somente a razões de ordem técnica/legislativa, as quais sanadas, encontra-se a proposição em condições de ser submetida à apreciação plenária.

Considerando as razões expostas, julgamos ser de bom alvitre a fusão das Emendas, manifestando-nos favoravelmente a sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, objeto da Proposição nº 35/2001, de autoria do nobre deputado Nereu Moura e outros, tem por escopo dar nova redação ao *caput* ao artigo 61, da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais.

Preliminarmente, é necessário elucidar que a Constituição Estadual vigente, a exemplo das de outros estados da federação, adotam os mesmos períodos legislativos fixados para o Congresso Nacional, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 57 e parágrafos.

Não obstante a existência de disposições federais que disciplinam o funcionamento do Congresso, não há impedimento para que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, venha adotar normas próprias a respeito da matéria.

Isto posto a Proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

A emenda em análise, altera somente o *caput* do artigo 61, não adaptando às modificações propostas às normas contidas no seu § 3º, o que a torna inadmissível, em razão de não considerar as sessões preparatórias, previstas para o primeiro ano de cada legislatura e que são disciplinadas no § 3º, do referido artigo 61, o que inviabilizaria tais sessões, se aprovada a emenda da forma como está colocada, pela coincidência da data, com o início do período legislativo.

Pelas razões apresentadas, o parecer é contrário à aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL SOBRE PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Ilustre deputado Irineu Colombo, objetiva acrescentar ao *caput* do artigo 27 da Carta Estadual o princípio da economicidade.

Muito embora não integre explicitamente o texto do artigo 27, o princípio da economicidade encontra-se implícito em seu conteúdo, subjacente aos princípios da legalidade e da razoabilidade. Restar deixar claro que a observação em comento não gera nenhum empecilho à louvável pretensão do Autor.

A Constituição Federal preceitua, em seu artigo 37, *caput*, os cinco princípios básicos norteadores da Administração Pública, e que foram recepcionados pela Constituição do Estado, em seu artigo 27, o que não impede que este venha a ser ampliado, com a adição do princípio que ora se propõe, tendo como único e salutar objetivo, o de zelar de forma inquestionável, pela probidade administrativa.

Neste aspecto, cabe ressaltar que a medida em apreço não restringe o texto constitucional maior, pelo contrário, o amplia no sentido de torná-lo mais enérgico e eficaz contra a malversação de recursos públicos, o que espelha sua constitucionalidade e oportunidade.

Considerando o exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação da Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 11/99

P A R E C E R :

A proposição em exame, de autoria do nobre deputado Péricles Golleben de Mello, objetiva acrescentar ao

artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, parágrafos que dispõe sobre a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológicas do Estado do Paraná.

A presente proposta já foi contemplada “ipsis litteris” pela Emenda Constitucional nº 07, de 24 de abril de 2000, razão pela qual opinamos pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A Emenda Constitucional em análise, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, visa incluir um parágrafo único ao artigo 92 da Constituição Estadual, no sentido de determinar que Secretários de Estado, para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze, necessitem de licença da Assembléia Legislativa.

Ainda que pese a boa intenção do autor, a medida proposta reveste-se de flagrante inconstitucionalidade, conforme as razões a seguir alinhadas:

Em lugar, a norma que se pretende implantar, através da presente emenda, não encontra correspondência na Constituição Federal, que prevê, em seu artigo 83, autorização Legislativa somente o afastamento do presidente e do vice-presidente da República, inexistindo qualquer imposição neste sentido aos Ministros de Estado.

Por questão de simetria, as Constituições Estaduais, assim como a nossa, adotam o mesmo critério em relação ao governador e vice-governador.

Cabe salientar que o governador é a autoridade máxima do Estado, investido no cargo por mandato eletivo, o que não permite afastar-se do Estado ou do País, pelo tempo estabelecido, sem autorização legislativa. Isto se deve ao fato de permitir que o substituto natural, seja o vice-governador ou, na ausência deste, o presidente da Assembléia Legislativa assumam o comando do Estado.

Tal situação não ocorre com os secretários de Estado, que nada mais são do que servidores, nomeados em cargos em comissão, demissíveis “*ad nutum*”, e que têm como superior hierárquico o governador. Portanto, somente a ele cabe autorizar o afastamento, seja por quanto tempo for, de seus subordinados.

Assim sendo, a proposta em exame colide com as disposições do artigo 7º da Constituição Estadual, que estabelece a independência entre os Poderes do Estado. Impor a obrigatoriedade de licença da Assembléia para que secretários de Estado possam se ausentar do

País, caracterizaria flagrante invasão de competência, ou seja, interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.

Considerando o exposto, o parecer é contrário à aprovação da Emenda, opinando pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A proposta de Emenda Constitucional em exame, de autoria do nobre deputado Fernando Ribas Carli, tem por objeto a autonomia da Polícia Científica - Criminalística e Instituto Médico Legal - atualmente subordinada à Polícia Civil.

Para a consecução de tais objetivos propõe o autor a adição de um inciso III ao artigo 46, através do qual dá tratamento próprio à Polícia Científica, tornando-a igualmente responsável pela segurança pública, juntamente com as Polícias Civil e Militar, elencadas nos incisos I e II do mesmo artigo.

O parágrafo único ao artigo 46, ora proposto, tem por escopo definir, com maior clareza, a alocação do Corpo de Bombeiros na Polícia Militar. Não obstante a vinculação desta Corporação já que se encontra implícita nas disposições do artigo 48, que trata das funções da Polícia Militar, nada impede que passe a constar do corpo constitucional com dispositivo específico.

Ao artigo 50, propõe a inserção de três parágrafos, cujos conteúdos são idênticos aos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 47, que dispõem sobre a Polícia Civil, valendo dizer que aos integrantes da Polícia Científica será dispensado o mesmo tratamento de carreira daquela.

Concluída a abordagem das disposições constitucionais a serem alteradas, cabe frisar que a emenda em questão não apresenta qualquer vício material que possa eviá-la de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, deve-se afirmar que a proposta atende aos superiores interesses públicos, ao desvincular a Polícia Científica da Polícia Civil, medida que a tornará mais independente, logo mais ágil, dinâmica e eficiente no exercício de suas funções, o que, certamente, reverterá em significativos benefícios para a sociedade.

Considerando as razões expostas, o parecer é favorável à aprovação da presente emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, objeto da Proposição nº 34/2001, de autoria do nobre deputado Algaci Tulio, tem por escopo dar nova redação ao artigo 61 e seu § 3º, da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais.

Preliminarmente, é necessário elucidar que a Constituição Estadual vigente, a exemplo das de outros Estados da Federação, adotam os mesmos períodos legislativos fixados para o Congresso Nacional, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 57 e parágrafos.

Não obstante a existência de disposições constitucionais federais que disciplinam o funcionamento do Congresso, não há impedimento para que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, venha adotar normas próprias a respeito da matéria.

Isto posto a proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

P A R E C E R :

A presente emenda, proposta pelo nobre deputado Cesar Seleme, objetiva criar mecanismos constitucionais que obriguem o Estado a indenizar terceiros de boa-fé, que tenham sofrido prejuízos materiais decorrentes de atos de exceção, durante o período revolucionário, na forma que especifica.

É de notório conhecimento os desmandos praticados pelo regime ditatorial que se instalou no País a partir de 1964. A ordem jurídica, desde então, foi totalmente afrontada, dentre outras formas, pelos chamados atos de exceção, que iam das portarias ministeriais aos atos institucionais. Em muitos casos, referidos atos atingiam o cidadão comum, de maneira drástica, causando-lhe, via de regra, prejuízos morais e materiais de difícil reparação à época, por não lhe ser dada a oportunidade de despesa.

Portanto, nada mais justo e oportuno que o Estado venha agora, com a consolidação do regime democrático, corrigir ditas injustiças, através de processo indenizatório, nos casos em que, de qualquer forma, tenha auferido benefícios.

Além deste aspecto, a medida, por simetria, encontra respaldo no artigo 8º e seus parágrafos e artigo 9º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que concedem anistia aos que foram atingidos, por atos de excessão em face de motivos políticos e, também, o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que eivados de vícios graves.

Nesta esteira, nada mais justo e oportuno que inserir na Carta Estadual disposição que obrigue o Estado a indenizar aqueles que sofreram prejuízos materiais, motivados por tais atos, nos casos em que deles obteve benefícios diretos ou indiretos.

Isto posto, o parecer é favorável à aprovação da emenda em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Emenda Aditiva: Acrescenta-se um novo artigo ao Capítulo, da Constituição Estadual, que trata das indenizações.

Art. - Aos terceiros de boa-fé serão indenizados todos os prejuízos materiais, inclusive perda ou cessação de renda, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário, desde que também haja resultado e benefício, direto ou indireto, ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A verificação do direito e do valor dos prejuízos deverão ser realizados em pleito administrativo, mediante requerimento do interessado, podendo o Poder Executivo pagar o débito através de compensação com seus créditos fiscais, inscritos ou não em Dívida Ativa.

JUSTIFICATIVA:

Gradativamente a União e o Estado tem buscado restaurar o patrimônio moral e material de pessoas atingidas por atos de exceção ocorridas em períodos de dificuldades democráticas. O dispositivo limita a indenização a hipótese em que haja ocorrido também o enriquecimento indevido do próprio Estado do Paraná, incumbindo ao interessado provar tanto a perda como o benefício, direto ou indireto, do Estado.